

IGUALDADE DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS EM UMA EXPERIÊNCIA¹

José Luiz² - Em que *chão* nasceu o projeto da Escola Família Agrícola, de Ilhéus?

Janira³ - A Escola Família Agrícola, de Ilhéus, cujo nome é Escola Agrícola Comunitária Margarida Alves – EACMA, nasceu em 1997. Ela é fruto de um sonho coletivo iniciado bem no auge da crise da lavoura cacaueteira, do sul da Bahia, lá por volta dos anos oitenta, em meio à luta pela



[1] Relato reflexivo em torno da experiência educativa da Escola Agrícola Comunitária Margarida Alves – EACMA / Ilhéus-BA.

[2] Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da UESC / Ilhéus-BA, membro da equipe do Kãwé.

[3] Professora da Escola Agrícola Comunitária Margarida Alves – EACMA, coordenadora da equipe pedagógica.

terra de cinco comunidades rurais dos municípios de Belmonte e Una, e dos índios Pataxó Há-hã-hãe de Pau Brasil. Esses grupos travavam uma luta sofrida e violenta pela regularização fundiária de suas terras. Os jovens não tinham acesso à educação escolar, pois suas casas eram distantes da cidade. Foi aí que, assessoradas e incentivadas pela CPT e pelo CIMI⁴, essas comunidades passaram a idealizar uma escola que não afastasse seus filhos e filhas completamente de suas casas, do ambiente de trabalho e da luta pela terra. Pensava-se numa educação diferenciada e específica que levasse em conta a cultura do campo, especialmente dos afro-descendentes e indígenas; uma educação que privilegiasse a convivência, a reapropriação e apropriação de técnicas adequadas à agricultura familiar. Assim, foi fundada a EACMA em Ilhéus, a partir de um projeto pedagógico diferenciado e adequado àqueles grupos.

José Luiz - Quem foi Margarida Alves?

Janira - Foi uma trabalhadora rural, líder sindical, paraibana, assassinada covardemente em 12/08/1983 com um tiro no rosto, na frente de seu filho

de apenas 10 anos de idade; ela foi vítima da ganância dos latifundiários da região de Alagoa Grande, na Paraíba.

José Luiz - A Escola adota alguma pedagogia apropriada à sua proposta educativa?

Janira - Sim, adota uma pedagogia específica conhecida como *pedagogia da alternância*, em que a vida escolar é dividida em dois tempos: um “tempo escola”, de 15 dias, quando os alunos moram na Escola, socializando, gestando novos conhecimentos, recebendo orientação científica e aprendendo a valorizar o saber popular; e um *tempo comunidade*, também de 15 dias, onde eles retornam às suas casas, às suas comunidades para desenvolver pesquisa local e experimentar as técnicas aprendidas na Escola. Essa pedagogia não foi criada por nós, da EACMA. Trata-se de uma experiência nascida na França, na década de 30. Inicialmente batizada de Casa Familiar Rural, existe até hoje. A organização cresceu e se expandiu pelo mundo, vindo parar no Brasil com o nome de Escola Família Agrícola – EFA. O Padre italiano Aldo Lucchetta foi quem incentivou a criação das EFAs

na Bahia, começando no município de Brotas de Macaúbas, em 1974.

José Luiz - Por que essa preocupação com a cultura dos afro-descendentes e indígenas e a cultura própria da gente do campo?

Janira - A preocupação com a diversidade cultural negra e indígena e com a educação do campo já estava presente na prática militante dos agentes das organizações que aqui atuavam, assessorando as comunida-

[4] A Comissão Pastoral da Terra / CPT e o Conselho Indigenista Missionário / CIMI são organizações religiosas ligadas à Igreja Católica, ambas com sede na cidade de Itabuna-BA.

Tínhamos uma prática bastante focada no acompanhamento cotidiano das lutas e dos conflitos enfrentados por esses grupos na luta pela terra.

des rurais. Tínhamos uma prática bastante focada no acompanhamento cotidiano das lutas e dos conflitos enfrentados por esses grupos na luta pela terra. As reuniões eram frequentes: fazíamos trabalho com as mulheres, com jovens; era dada uma atenção especial à realidade da cultura negra, indígena e à cultura popular em geral. A primeira experiência que fizemos de escola enquanto projeto, fruto de uma construção coletiva, aconteceu em Belmonte, no assentamento da Tuiuti, com a “Escola Nova Esperança”: uma escola pensada efetivamente pela e com a comunidade. Por ser uma terra em litígio, a Prefeitura, lá, não fazia qualquer investimento; tudo era feito pela própria comunidade, inclusive a educação da criança. Na época, eu era membro da CPT, que intermediava apoios, promovia treinamentos, oficinas e cursos de alfabetização para os jovens professores; procurávamos fazer uma educação libertadora, no sentido dado por Paulo Freire. Havia a consciência de que vivíamos numa sociedade pluriétnica, porém extremamente desigual, discriminada e excluída, que, se quiséssemos promover uma educação diferenciada, não podíamos per-



der de vista essa realidade. Havia, portanto, clareza política de que, para pensar uma proposta educativa transformadora, não podíamos deixar de fora tal realidade.

José Luiz - Como, então, é trabalhada a questão da igualdade das relações étnico-raciais na EACMA?

Janira - Sendo uma experiência gestada no seio das comunidades, onde a realidade dos afro-descendentes e indígenas já estava presente no cotidiano da luta pela terra, ao pensarmos no currículo da Escola, cuidamos para que ele não se fizesse alheio a tudo isso. Então,

no dia-a-dia da Escola, são realizadas atividades culturais em que procuramos afirmar valores, resgatar festas populares e desenvolver práticas voltadas à identificação cultural negra e indígena. Assim, não ficamos presos ao que é curricular-obrigatório, procurando, também, vivenciar tudo isso no cotidiano da Escola. Dançamos, por exemplo, o “samba de couro”, o “reisado”, praticamos a “capoeira”; procuramos identificar e combater na vivência dos alunos (as) atitudes de discriminação para com o outro; procuramos fazer uma educação de valorização do corpo, da estética e do respeito a tudo aquilo

que é tido como “coisa de negro” e que a sociedade marginaliza. Como estamos em um sítio, dividindo o mesmo espaço, onde todos somos responsáveis por todos e por tudo, uma prática educativa como essa, diferenciada, é bastante facilitada. Antes da Lei 10.639, nós já falávamos da África para os alunos, mostrando que não se trata apenas de um lugar cheio de girafas, leões, elefantes e savanas, como a imprensa mostra, mas que se trata de um Continente lindo, de cultura milenar. Através de amigos que moravam na África, trouxemos para o espaço da Escola estatuetas, roupas, quadros e músicas próprias que eram e ainda são apresentados aos alunos nas aulas e nas festas que realizamos. Assim, vamos mostrando outra África, diferente daquela apresentada pela mídia.

José Luiz - Qual a repercussão dessa educação nas famílias, quando do retorno dos estudantes para as suas comunidades?

Janira - Temos aqui vários aspectos a considerar. Existem aquelas famílias que já acompanham o projeto da EACMA desde o início de sua fundação. Nessas, o retorno dos jovens

Acreditamos que, em razão da educação recebida na Escola, esses jovens começam a apresentar novos comportamentos, passando a valorizar e a explicitar o gosto pela cultura negra e indígena.

não lhes causa grande choque, porque seus pais e mães já vêm participando de discussões e encontros de formação que acontecem no dia-a-dia da luta pela terra. No início, apenas quatro comunidades tinham alunos na Escola: eram grupos com certa formação política adquirida na luta pela terra. Hoje, são dezesseis, nas quais, na maioria, percebemos que há um choque, quando do retorno dos estudantes. Acreditamos que, em razão da educação recebida na Escola, esses jovens começam a apresentar novos comportamentos, passando a valorizar e

a explicitar o gosto pela cultura negra e indígena. Então, quando as famílias veem seus filhos retornando da Escola, apresentando novos comportamentos e atitudes, acontece aí um estranhamento. Alguns pais, inclusive, já nos procuraram, pedindo para que convencêssemos seus filhos a cortar o cabelo, porque estavam no estilo rastafári, parecendo, diziam, “marginais”; sabemos, também, de alguns que foram obrigados a raspar a cabeça. Portanto, conquistar o apoio das famílias, tê-las como aliadas nesse processo educativo de resgate e afirmação da identidade cultural, é um grande desafio e uma necessidade.

José Luiz - Então, sem o apoio das famílias, não é possível pensar e fazer uma educação que respeite e promova a diversidade étnico-cultural?

Janira - O trabalho junto às famílias é fundamental. Mesmo quando elas reagem frente a tudo isso, o fazem acreditando que estão buscando o melhor para seus filhos. Os preconceitos e os conceitos próprios de uma educação deformadora, que não consegue lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e pela discriminação, também precisam ser quebra-

dos e transformados no âmbito das famílias, já que o espaço escolar, ou “o tempo escola” como chamamos, por si só, não consegue tudo. O olhar preconceituoso está enraizado na formação de nossa sociedade. A formação do sujeito, tendo por base a construção da identidade, da autonomia, do respeito ao que é diferente, é um processo que deve acontecer no âmbito geral da sociedade. A família é quem primeiro repassa os saberes, os comportamentos e os preconceitos; é quem primeiro interfere na construção da personalidade. Daí ser importante o trabalho junto a elas, para que se comprometam também, e de forma especial, com a educação dos seus filhos. O que não é nada fácil, porquanto uma coisa é trabalhar com adolescentes e jovens, porque são flexíveis e estão abertos a compreender e assimilar o novo, já com os adultos é diferente.

José Luiz - De que modo o trabalho com as famílias é realizado pela Escola?

Janira - Nós temos um plano de formação para elas, onde nos encontramos com os pais e mães quatro vezes por ano. Nesses encontros, que acontecem inicialmente na Escola, a gente

discute sobre o papel da família, sua função na educação, discutimos sobre política, religião, igreja, escola, sociedade, violência, entre outros temas importantes para a formação humana. Quando há folga no orçamento e disponibilidade de pessoal, visitamos as comunidades para encontrar e reunir as famílias em seu próprio ambiente, sendo que, quando isso acontece, a participação é bem maior.

José Luiz - Como a cultura indígena, especificamente, é trabalhada na EACMA?

Janira - Em relação aos índios, trabalhamos traços de uma determinada cultura, que é a Tupinambá, porque temos alunos pertencentes a essa et-

É possível identificar, hoje, diversas pessoas espalhadas pela região, que passaram pela Escola, e que estão participando de iniciativas educacionais em suas cidades.

nia. Não só no ensino de História, mas também nas aulas de Educação Artística e Educação Física, trabalhamos elementos da cultura indígena, como a dança do “toré”, por exemplo. Procuramos conhecer a contribuição que os índios deram para a formação de nossa língua, nossa culinária, nossa música e nossa agricultura.

José Luiz - São dez anos de existência da EACMA. Portanto, que avaliação pode-se fazer dessa experiência educativa?

Janira - Quando volto no tempo e penso naquelas comunidades que visitávamos, acompanhando e assessorando suas lutas, e olho para elas hoje, para as pessoas que ali vivem, percebo que o que existe de identificação e afirmação cultural, seja negra ou indígena, teve, sem dúvida nenhuma, a contribuição do trabalho desenvolvido na Escola e pela Escola. Porque, através da Escola, participamos e ou fomos protagonistas de uma educação étnico-cultural junto a esses grupos. É possível identificar, hoje, diversas pessoas espalhadas pela região, que passaram pela Escola, e que estão participando de iniciativas educacionais em suas cidades. São, hoje, educadores(as) aten-

[...] o que torna mais fácil ou mais difícil não é propriamente a existência ou não de uma Lei, mas a abertura e o compromisso dos educadores, das educadoras e das comunidades, com o rompimento desses laços que sustentam a discriminação, a opressão e a "escravidão".

tos às questões da cultura, trabalhando com capoeira, incentivando o resgate de festas próprias da cultura popular; são ex-alunos que não mais escondem sua negritude e assumem o candomblé como religiosidade própria. Eram pessoas que se achavam feias e hoje se percebem bonitas. Há o exemplo de André, nosso ex-aluno, hoje professor, que, enquanto aluno, experimentou um crescimento humano maravilhoso, descobrindo suas habilidades corporais pra dança e capoeira, mas, mesmo assim, ele não gostava de si, de seu corpo; ele não se percebia bonito. Em 2006, André integrou um grupo da Escola que fez uma excursão pela Itália e Áustria, em vista de um intercâmbio cultural. Lá na Itália, depois de algumas apresentações, num dado momento, André parou diante de es-

pelho, mirou-se bastante e, em seguida, ele olhou para os demais do grupo e disse: "Gente, eu sou bonito". Então, pra mim, naquele momento precisamente, André, que estava em meio a uma cultura estranha à dele, num país que não era o dele, sendo aplaudido e até assediado pelas mulheres brancas, teve uma experiência verdadeira quando disse: "Gente! eu sou diferente, mas não sou inferior; eu sou diferente, mas não sou feio; eu também sou bonito". Então, essa descoberta, certamente, aconteceu com muitos outros e outras que, a partir da Escola, viveram, também, uma experiência libertadora de descoberta e afirmação de sua identidade cultural. Alegra-nos saber que, dos que concluem o ensino fundamental conosco, mais de 90% dão seguimento aos seus estudos. Hoje, na Re-

gião, temos quase 30 ex-alunos, técnicos em enfermagem, em zootecnia, em agropecuária, todos(as) trabalhando em suas comunidades, com uma postura diferenciada, participando de movimentos de juventude, criando movimento de mulheres, trabalhando e participando de iniciativas voltadas para o resgate e a preservação de manifestações culturais populares, e que antes tinham vergonha. Claro que isso não resolve de todo a situação de exclusão e de exploração. Mas, acredito que unindo o que acontece na Escola com o que está acontecendo nas comunidades, é possível fazer uma avaliação muito positiva do projeto da EACMA, sobretudo quando olhamos nessa perspectiva da construção da identidade e afirmação étnico-cultural afro e indígena.

José Luiz - Uma educação que valoriza a história e a cultura afro e indígena é mais fácil, hoje, com o advento da Lei 10.639, do que há dez anos?

Janira - Eu acho que o que torna mais fácil ou mais difícil não é propriamente a existência ou não de uma Lei, mas a abertura e o compromisso dos educadores, das educadoras e das comunidades, com o rompi-

mento desses laços que sustentam a discriminação, a opressão e a “escravidão”. A Lei nada pode fazer se as pessoas, efetivamente, não estiverem abertas para se apropriar da oportunidade que ela cria. É preciso, também, que o Estado crie as condições para que, de fato, a Lei seja efetivada concretamente. Observe que essa Lei é de 2003 e já estamos em 2008; passaram-se, portanto, cinco anos; então, eu pergunto: o que se tem de material didático? Que formação específica o Estado tem proporcionado para que se efetive, de fato, essa Resolução?

José Luiz - Considerando o contexto de nossa conversa, podemos falar de uma “educação branca”?

Janira - Eu diria que existe uma educação de elite e uma educação com políticas compensatórias. Nós, profissionais da educação, lutamos por uma educação pública de qualidade, porque qualidade com oportunidades iguais para todos não existe. Como falar, então, de igualdade numa sociedade de desiguais? Como os negros e os índios, pobres, vão participar, com igualdade de condições, dos processos seletivos, enquan-

to os brancos são bem preparados tecnicamente em boas escolas? É preciso, então, primeiro, dar conta dos atrasos culturais, pagar algumas dívidas sociais e históricas, para que haja, efetivamente, uma participação entre iguais. Enquanto isso não acontece, vão acontecendo iniciativas compensatórias e reparadoras.

José Luiz - No contexto de uma educação reparadora e afirmativa das relações étnico-raciais, como você avalia os livros didáticos?

Janira - Os livros didáticos ajudam quando já existe uma apropriação dessas questões, um amadurecimento e uma apropriação do conhecimento da história, mas não da história dos heróis e dos vencedores. Porque eu posso tomar o livro didático que apre-

senta o índio e o negro de forma distorcida, e com ele virar o jogo, na medida em que, junto com os alunos e as alunas, passamos a questionar o livro, nos perguntando por que não nos reconhecemos naqueles textos. É necessário certo amadurecimento e esclarecimento crítico para não se deixar levar pelos textos dos livros didáticos. Os educadores formados numa escola compartimentada, “branca”, vão tomar os livros didáticos e apresentá-los aos alunos sem nenhuma crítica, sem dar-se conta das lacunas e das perversões que estão lá. Daí a necessidade de uma literatura específica, alternativa, que aponte e apresente mudanças efetivas, alimentando a prática de quem está envolvido em sala de aula, sobretudo nas salas da Educação Fundamental.

Observe que essa Lei é de 2003 e já estamos em 2008; passaram-se, portanto, cinco anos; então, eu pergunto: o que se tem de material didático? Que formação específica o Estado tem proporcionado para que se efetive, de fato, essa Resolução?

José Luiz – Para finalizar nossa conversa, diga algo mais sobre uma educação em prol da igualdade das relações étnico-raciais, a partir da sua experiência.

Janira - Acho que esse processo acontece, concretamente, no momento em que os

jovens aprendem a valorizar suas manifestações culturais, seu corpo, sua cor, seus ritmos; quando se percebem valorizados. Esses momentos proporcionam descobertas libertadoras, porque, de repente, se vêem valorizados, vistos, sim, como diferentes, mas

não inferiores. Desse modo, se descobrem possuidores de símbolos, saberes e artes próprias, que só eles sabem fazer, e que, por isso, são valorizados. A identidade cultural vai sendo gestada e sedimentada em acontecimentos assim. É como eu penso.

**[...] esse processo acontece, concretamente,
no momento em que os jovens aprendem
a valorizar suas manifestações culturais,
seu corpo, sua cor, seus ritmos; quando se
percebem valorizados.**